

**Relatório de Gestão e Contas
31 de Dezembro de 2017**

Índice

Relatório de Gestão	4
----------------------------------	---

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017.....	7
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	8
• Anexo:	
1. Identificação da Identidade	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3. Principais políticas contabilísticas	8
4. Activos fixos tangíveis	12
5. Estado e Outros Entes públicos.....	12
6. Outros créditos a receber	12
7. Outros passivos correntes.....	13
8. Fundos patrimoniais.....	13
9. Financiamentos obtidos	13
10. Vendas e Serviços Prestados.....	13
11. Subsídios, doações e legados à exploração	14
12. Fornecimentos e serviços externos.....	14
13. Gastos com pessoal.....	14
14. Compromissos.....	14
15. Eventos subsequentes	15
16. Informações exigidas por diplomas legais	15
Considerações Finais.....	15

Relatório
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(Documento elaborado em separado)

**Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

RUBRICAS	DATAS	
	2017	2016
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	206.936,56	218.856,76
	206.936,56	218.856,76
Ativo corrente		
Créditos a receber	3.247,37	4.557,47
Diferimentos	272,97	
Caixa e depósitos bancários	197.952,77	203.003,09
	201.473,11	207.560,56
Total do ativo	408.409,67	426.417,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	5.415,95	5.415,95
Resultados transitados	343.758,27	346.482,16
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	61.544,14	63.261,22
Resultado líquido do período	(15.538,88)	(2.587,31)
Total dos fundos patrimoniais	395.179,48	412.572,02
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	4.278,60	10.045,27
Estado e outros entes públicos	1.451,59	1.300,03
Outros passivos correntes	7.500,00	2.500,00
	13.230,19	13.845,30
Total do passivo	13.230,19	13.845,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	408.409,67	426.417,32

Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em
31/12/2017
(montantes em euros)

Centro Social e Paroquial Casimiro e
Elvira Lemos

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Vendas e serviços prestados	69.700,95	67.998,10
Subsídios, doações e legados à exploração	83.223,75	81.778,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(35.859,10)	(37.711,34)
Fornecimentos e serviços externos	(38.493,60)	(36.997,08)
Gastos com o pessoal	(69.312,91)	(67.744,67)
Outros rendimentos	2.067,83	4.623,59
Outros gastos	(14.945,60)	(1.862,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(3.618,68)	10.084,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(11.920,20)	(12.671,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(15.538,88)	(2.587,31)
Resultado antes de impostos	(15.538,88)	(2.587,31)
Resultado líquido do período	(15.538,88)	(2.587,31)

Centro Social e Paroquial Casimiro e Elvira Lemos

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Identidade

O Centro Social e Paroquial Casimiro e Elvira Lemos, NIPC 503905224, é uma IPSS, com sede na Rua da Escola – 3620-100 Caria, Concelho de Moimenta da Beira, Distrito de Viseu.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2) Indicação e justificação das disposições do SNC que em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Instituição na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

3.2. Políticas de mensuração e reconhecimento

3.2.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	2 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em *quotas anuais* durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2. Activos e Passivos Financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respectiva diferença.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.3. Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade, líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

3.2.4. [Subsídios](#)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.5. [Provisões](#)

À data de relato financeiro dos períodos, a entidade não apresentava quaisquer obrigações presentes legais ou construtivas resultantes de acontecimentos passados, para as quais devesse reconhecer provisões nas suas demonstrações financeiras ou divulgadas neste anexo.

3.2.6. [Impostos sobre Rendimento](#)

A Entidade encontra-se abrangida por uma isenção subjetiva, no âmbito do artº 10º do CIRC, ainda assim as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos.

3.2.7. [Financiamentos obtidos](#)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.8. Associados

As dívidas dos associados são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', de modo a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.2.9. Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber e a pagar" e em "Diferimentos"

3.2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários imediatamente realizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.3. Principais estimativas e suas fontes de incerteza

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos activos fixos tangíveis (vidas úteis e método de depreciação) e eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros.

4. Fluxos de Caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e depósitos bancários

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	4.891	0
Depósitos à ordem	98.647	108.589
Depósitos a prazo	94.413	94.413
Total	197.951	203.003

4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	Saldo 01 jan 2017	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo 31 dez 2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	222.167	-	-	-	-	222.167
Equipamento básico	67.462	-	-	-	-	67.462
Equipamento de transporte	64.440	-	-	-	-	64.440
Equipamento administrativo	8.628	-	-	-	-	8.628
Outros activos fixos tangíveis	6.844	-	-	-	-	6.844
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	369.541	-				369.541
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	30.587	4.735	-	-	-	35.322
Equipamento básico	49.393	6.701	-	-	-	56.094
Equipamento de transporte	64.440	-	-	-	-	64.440
Equipamento administrativo	6.209	484	-	-	-	6.693
Outros activos fixos tangíveis	22	-	-	-	-	22
	150.685	11.920				162.605
Ativo tangível líquido						206.936

5. Estado e Outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Passivo		
Retenções IRS	32	16
TSU	1.419	1.284
	1.451	1.300

6. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Cientes e utentes	747	2.107
Outros	2.500	2.450
Total	3.247	4.557

7. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores investimento	-	-
Remunerações a liquidar	-	-
Outros (alienações)	7.500	2.500
Total	7.500	2.500

8. Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Fundo Social	5.415	5.415
Resultados transitados	343.758	346.482
Outras variações fundos patrimoniais	61.544	63.261
Subsídios relacionados com ativos	51.804	53.521
Doações	9.740	9.740
Total	395.179	412.572

9. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos bancários m/l prazo	-	-
Empréstimos bancários c/prazo	-	-
Total	-	-

10. Vendas e Serviços Prestados

Nos períodos de 2017 e de 2016 a Instituição reconheceu rendimentos decorrentes das seguintes prestações de serviços:

	31.12.2017	31.12.2016
Mensalidades	41.407	42.938
Serviços secundários	28.293	26.295
Total	69.700	69.233

11. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2017 e de 2016 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes apoios:

	31.12.2017	31.12.2016
ISS, IP	82.412	81.758
Outras entidades	811	20
Total	83.223	81.778

12. Fornecimentos e serviços externos

A entidade apresenta de seguida o detalhe dos FSE suportados durante os anos de 2017 e de 2016:

	31.12.2017	31.12.2016
Serviços especializados	15.261	11.865
Materiais	6.176	8.077
Energia e fluídos	15.138	14.191
Deslocações, estadas e transportes	275	568
Serviços diversos	1.642	2.297
Comunicação	564	637
Seguros	699	1.165
Outros	379	412
Total	38.493	36.997

13. Gastos com pessoal

Apresentamos de seguida apenas o detalhe dos Gastos com Pessoal mais relevante incorridos durante o ano de 2017 e 2016.

	31.12.2017	31.12.2016
Remunerações do pessoal	55.986	54.869
Encargos s/remunerações	12.406	11.994
Seguros	486	430
Outros gastos com pessoal	433	452
Total	69.312	67.745

O número de trabalhadores ao longo de 2017 foi:

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7

14. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2017, a Direção do Centro Social e Paroquial Casimiro e Elvira Lemos não conhece a existência de outros compromissos para lá dos expressos nas presentes demonstrações financeiras.

15.Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

16.Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, assim como a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos nossos utentes, porque a eles se deve muito do desenvolvimento das nossas actividades, bem como a razão de ser da nossa Instituição.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Instituição.

A todos os parceiros que connosco colaboraram e continuam a colaborar o nosso sincero Muito Obrigado.